

Como uma jornalista virou cidadã de segunda classe na Índia

Ela relata a perseguição que sofre hoje após denunciar o tratamento desumano dado à comunidade muçulmana no país

[\(Época, 25/04/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Nasci no norte da Índia com apenas 800 gramas e tive de passar um tempo na incubadora. Todos diziam que eu não sobreviveria. Meus pais me levaram para Mumbai, onde cresci. Em 1993, quando eu tinha 9 anos, conflitos estouraram na Índia. Como éramos a única família muçulmana no bairro, ouvimos boatos de que eu e minha irmã seríamos atacadas pelas gangues. Fomos levadas no meio da madrugada para um lugar seguro e passamos meses ali, sem saber se nossa família voltaria para casa a salvo. Acho que foi a primeira vez que me dei conta de que eu era muçulmana.

Fui uma criança fraca porque tive poliomielite aos 5 anos, e minha mão esquerda e minha perna direita não funcionavam bem. Cresci com esse complexo de inferioridade, de que não era boa o suficiente, de que ninguém iria querer brincar comigo porque eu era aleijada. Depois que os conflitos começaram, nos mudamos para um bairro muçulmano. Na escola havia uma grande segregação entre hindus e muçulmanos, e eu não tinha amigos, porque ninguém queria ser amigo da menina muçulmana. Eu chorava para não ir para a escola. Minha mãe me forçava. Eu era muito tímida e tinha medo de homens. Foi assim na escola, na faculdade, na pós-graduação.

Novos conflitos eclodiram em 2002, quando eu tinha 19 anos. Estava vendo pela televisão e pensei: “Droga. Preciso fazer alguma coisa”. Menti para meus pais e fui trabalhar como voluntária nos campos de refugiados onde os muçulmanos ficavam. Fingi ser hindu, indo de um campo a outro, e aí entendi o que significava ser um muçulmano na Índia. Foi também quando descobri que queria ser jornalista. Era tão chocante estar ali, vendo as atrocidades

diante de meus olhos. Queria mostrar para as pessoas os crimes contra os muçulmanos. É como nos Estados Unidos, onde os afro-americanos começaram a dizer “vidas negras importam” quando crimes eram cometidos contra eles. Na Índia, “vidas muçulmanas também importam”. Senti que a única saída para mim era fazer jornalismo.

É atroz ser muçulmano na Índia nos dias de hoje. Os muçulmanos são linchados nas ruas, inclusive crianças, por suspeita de comer carne ou por exibir uma barba. Nunca fomos realmente aceitos como indianos, há um sentimento majoritário de que todos os muçulmanos pertencem ao Paquistão. Nunca fomos vistos pelo que nós somos, mas por nossa religião. Como se não merecêssemos direitos iguais. Tudo isso aumentou no governo de Narendra Modi, nos últimos cinco anos. Por isso, muitos de nós temos levantado nossas vozes. Tenho escrito textos sobre o que significa ser muçulmano na Índia.

“OS MUÇULMANOS SÃO LINCHADOS NAS RUAS, INCLUSIVE CRIANÇAS, POR SUSPEITA DE COMER CARNE OU POR EXIBIR UMA BARBA. NUNCA FOMOS REALMENTE ACEITOS COMO INDIANOS”

Há poucos dias, o primeiro-ministro indicou para as atuais eleições um candidato que é acusado no tribunal de matar 50 muçulmanos em um atentado a bomba. A situação na Índia atual é esta: se você mata muçulmanos, pode se candidatar. Somos hoje considerados cidadãos de segunda classe, especialmente se você é mulher, muçulmana e tem sua própria voz. Eu me sinto como se eles dissessem: “Como você ousa falar sendo mulher, muçulmana e contrária ao governo?”.

Em 2010, decidi me disfarçar. Coloquei oito câmeras ocultas em meu corpo e usei um nome diferente, hindu. Usei a identidade de uma estudante de cinema americana, fingindo que odiava muçulmanos, e fui para o estado de Gujarat, onde os conflitos de 2002 aconteceram quando Modi era governador. Em oito meses de investigação, como infiltrada, indo de ministério em ministério, ficando amiga dos funcionários importantes do governo como se eu fosse parte da família deles, consegui descobrir como o governo de Modi permitiu que muçulmanos fossem mortos, como o próprio governo permitiu que o ministro do Interior do Estado fosse morto.

Quando voltei, meu editor decidiu não publicar a história, mesmo tendo um

contrato para a publicação do livro, porque achou que Modi fecharia sua empresa. Contatei todos os jornais do país para tentar publicar e não consegui. Comecei a ter crises de ansiedade, e meu psiquiatra disse: “Você precisa tirar isso de seu sistema”. Peguei um empréstimo e publiquei 500 cópias do livro *Gujarat files: anatomy of a cover up* (*Arquivos de Gujarat: anatomia de um encobrimento* , em tradução livre). Fiz um lançamento em uma livraria em Nova Delhi, estavam lá todos os políticos, e fui ovacionada de pé. No dia seguinte, nenhum jornal publicou uma linha sequer. As pessoas estavam com medo. Como o conteúdo era muito forte, a notícia começou a se espalhar, e fui a escolas e a universidades para falar do livro. Vendi 500 mil cópias e fui traduzida em 17 idiomas.

Por causa do livro, eles transformaram minha vida em uma desgraça. O governo grampeou o telefone de minha casa, da casa de membros de minha família. Tudo piorou no ano passado, quando ganhei um prêmio do Outlook Social Media Awards como ícone jovem do ano. Colaram uma imagem minha borrada em um vídeo pornô, que circulou em toda a Índia. Depois divulgaram meu telefone e meu endereço nas redes sociais. Começaram a espalhar tuítes falsos em meu nome, como se eu tivesse dito que apoiava o estupro em nome do Islã. Eu recebia imagens capturadas do vídeo pornô a cada minuto em meu celular, de pessoas perguntando se eu queria fazer sexo com elas. Foi assim que eles agiram para tentar me humilhar.

Quando o vídeo apareceu, passei três dias no hospital, com crises de ansiedade e palpitações. Quando finalmente tive coragem de ir à polícia denunciar a montagem, os agentes viram o vídeo e começaram a rir de mim. Mesmo levando todas as provas do que fizeram comigo na internet, nenhuma justiça foi feita até agora. Acho que não vai acontecer nada, porque as pessoas continuam compartilhando o vídeo pornô, inclusive alguns políticos na Índia. Como esperar justiça assim?

Eu recebia ameaças de morte em meu telefone. Quando denunciei essas ameaças ao governo, me ofereceram uma licença para porte de armas, mas não é isso que quero. Eu quero segurança, mas esse governo não me dá isso. No ano passado, a ONU pediu pela primeira vez que o governo me protegesse, mas nada aconteceu, o governo nem sequer comentou o pedido.

Acho que isso tudo aconteceu porque eu continuo expondo o governo todos os dias com minha investigação. Quanto mais eu falo sobre as mortes de muçulmanos, quanto mais eu falo do ódio contra os muçulmanos neste país, mais sou perseguida na internet. Mas eu sou jornalista, eu tenho uma voz, e esse é o trabalho que eu faço. Escolhi essa profissão porque queria mudar as coisas. Eles podem achar que estão me assustando, mas não estão.

Supremo da Índia confirma penas de morte por estupro coletivo em 2012

O Tribunal Supremo da Índia confirmou nesta segunda-feira as penas de morte impostas a três homens pelo estupro em grupo e assassinato de uma mulher em Nova Délhi em 2012, um caso que comoveu o país e o mundo.

[\(IstoÉ, 09/07/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Em dezembro de 2012, Jyoti Singh, uma estudante de Fisioterapia de 23 anos, foi violentada com extrema brutalidade por seis homens em um ônibus da capital indiana, diante de seu namorado. A jovem não resistiu aos ferimentos e faleceu poucos dias depois.

“A demanda de revisão dos três condenados foi rejeitada”, afirmou A. P. Singh, advogado dos acusados.

Quatro réus foram condenados em setembro de 2013 por assassinato, estupro em grupo, roubo, conspiração e “atos antinaturais”, após sete meses de julgamento.

Apenas três deles estavam envolvidos na apelação rejeitada nesta segunda-feira.

Um quinto suspeito, o motorista do ônibus, apresentado como líder do grupo, morreu antes do início do julgamento: ele cometeu suicídio na prisão.

O sexto acusado, que no momento do crime tinha 17 anos, cumpriu apenas três anos de prisão, pena máxima prevista para menores de idade. Sua libertação no fim de 2015 provocou protestos em todo o país.

Após a decisão do Tribunal Supremo, os condenados ainda têm a possibilidade de um último recurso legal para comutar a pena capital ou inclusive solicitar o indulto presidencial.

O caso, repleto de simbolismo, provocou uma grande comoção na sociedade indiana e evidenciou a violência cometida contra as mulheres neste país.

A Índia reforçou a legislação contra as agressões sexuais e acelerou os processos judiciais para este tipo de caso.

Índia decide que sexo com menores casadas pode ser tratado como estupro

A lei proíbe casamento para menores de 18 anos, mas muitas meninas são obrigadas a isso

[\(O Globo, 11/10/2017 - acesse no site de origem\)](#)

A Suprema Corte da Índia decidiu, nesta quarta-feira, que a leis de estupro devem valer também para crianças casadas. A relação sexual sem consentimento com meninas não poderia ser classificada como estupro se tivesse ocorrido dentro do casamento, porque o sexo forçado dentro do matrimônio não é crime no país. A idade legal para as mulheres se casarem na Índia é 18 anos, mas milhões de crianças são obrigadas por seus pais a

fazer isso, principalmente em áreas rurais pobres.

Como as leis de estupro da Índia excluem especificamente os casais, a Suprema Corte disse que isso contradizia as rígidas leis sobre a idade do consentimento. A polícia deve, portanto, processar casos de estupro matrimonial se a vítima tiver menos de 18 anos e tenha registrado uma denúncia no prazo de um ano após o incidente.

Vikram Srivastava, um advogado que solicitou uma decisão a respeito dessa questão, comemorou o resultado que, segundo ele, serve de proteção às crianças vítimas.

— O julgamento de hoje em duas linhas diz que se qualquer pessoa se casar com uma menina com menos de 18 anos e se ela reclamar de ter tido relação sexual forçada, então essa pessoa pode ser processada por estupro — afirmou em comentários transmitidos pela emissora “NDTV”.

Muitos pais na Índia casam suas filhas na esperança de melhorar sua segurança financeira e para evitar a vergonha social associada a uma possibilidade de elas fazerem sexo fora do casamento.

— Casamento infantil é proibido, mas todos nós sabemos o quanto há de crianças que são casadas com menos de 18 anos — acrescentou Srivastava.

Os resultados desse tipo de união podem ser devastadores, com garotas abandonando os estudos para cozinhar e para limpar a casa para seus maridos, além de sofrerem com problemas de saúde por darem à luz quando são ainda muito novas.

Um desafio à parte das leis sobre estupro no matrimônio está atualmente indo para análise nos tribunais do país. O governo, porém, disse que se opõe a criminalizar o estupro conjugal, pois isso prejudicaria a instituição do casamento.

A vítima de estupro coletivo que cometeu suicídio após ser humilhada no WhatsApp

Uma indiana de 40 anos cometeu suicídio em janeiro deste ano, logo após um vídeo do estupro coletivo do qual foi vítima ter sido compartilhado pelo WhatsApp. A jornalista da BBC Divya Arya foi ao Estado de Uttar Pradesh, no norte do país, para conhecer a sua história.

[\(BBC Brasil, 14/11/2016 - acesse no site de origem\)](#)

Geeta* era uma mulher valente. Atuava como profissional de saúde pública na zona rural da região onde vivia - um trabalho que exigia caminhar sozinha pelos vilarejos, algumas vezes após o anoitecer, e visitar as casas de estranhos.

Sua renda sustentava toda a família, incluindo o marido, que sofre de alcoolismo. Eles moravam em uma casa de tijolos que não tinha porta ou banheiro, mas Geeta orgulhava-se de ter conseguido dar educação aos três filhos adolescentes - uma menina e dois meninos.

No final de 2015, um morador de uma vila próxima a viu trabalhando no parto da mulher do irmão dele. E começou a persegui-la.

As ameaças tiveram início quando Geeta se recusou a conversar com ele. Khushboo*, amiga e colega dela, conta que o homem a parou na rua, tomou seu celular e disse: "Se eu encontrar você sozinha, não vou te deixar ir."

Geeta certamente já tinha ouvido os relatos sobre abusos sexuais cometidos nos vilarejos onde ela trabalhava.

Dezoito meses antes, o Estado de Uttar Pradesh virou manchete quando duas garotas foram estupradas e mortas em Badaun.

Ela provavelmente também sabia que, pela cultura patriarcal da região, poderia ser considerada culpada por "convidar" as investidas sexuais de

homens - mesmo que fossem não desejadas, intimidativas e violentas.

Sem ter a quem recorrer

Na última vez em que foi chamada para trabalhar no vilarejo do homem que a perseguia, Geeta disse a Khushboo estar com medo de ir sozinha. A amiga se ofereceu para fazer a visita com ela - e ficou preocupada ao vê-lo rondando a área.

Khushboo pediu então que Geeta fosse até os anciões da vila e revelasse a eles o problema. Mas, convencida de que qualquer pedido poderia se voltar contra si, ela se recusou. "Só vão encontrar culpa em mim", disse na época.

Dias depois, quando as duas voltaram à vila para vacinar crianças contra a pólio, Geeta contou que algo terrível havia acontecido.

O homem e três amigos tinham lhe seguido - eles a seguraram, rasgaram suas roupas e a estupraram.

Apesar de abalada, relata Khushboo, Geeta não estava a ponto de cometer suicídio. "Eu disse a ela: 'nós estamos todas ao seu lado; não faça nada de drástico'", conta a amiga.

Naquele momento, Geeta realmente não estava planejando morrer - ela pensava, inclusive, em procurar a polícia. "Vou delatá-los. Vou descobrir os nomes dos homens que abusaram de mim e colocá-los na cadeia."

Temores confirmados

Mas antes que isso ocorresse, um vídeo mostrando o estupro começou a circular no WhatsApp.

Dentro de algumas horas, as imagens estavam sendo assistidas por homens e as mulheres da vizinhança - que as comentavam, aos sussurros.

"Ela me ligou", conta Khushboo. "Disse que estava difícil de sair de casa porque os vizinhos estavam sabendo (do estupro)."

"Ela estava preocupada e me perguntou se alguém na minha vizinhança

sabia”, lembra a amiga.

A intuição de Geeta estava certa: ela acabou sendo considerada, aos olhos do povo local, culpada por ter “atraído” os homens.

“Naqueles últimos dias, ela estava muito triste”, conta Khushboo.

“Não estava nem se alimentando direito. Um dia antes de morrer, me disse que tinha ido ao médico e havia contado tudo a ele.”

A reação do profissional teria sido a seguinte: “Vá para casa e fique quieta. Tudo isso é culpa sua.”

Ela procurou ainda o ex-chefe do vilarejo, que também disse: “A culpa é sua, não há nada que possamos fazer.”

Foi o baque final. Na tarde seguinte, Geeta foi encontrada à beira de uma estrada na periferia da vila.

Espuma saía de sua boca - ela morreu antes que pudesse ser levada ao hospital. A autópsia confirmou as suspeitas de morte por envenenamento.

Triste realidade

O estupro e condenamento público de Geeta não é um incidente isolado.

A Índia tem testemunhado uma série de casos de compartilhamento de vídeos de estupros coletivos, todos filmados com celular.

Em agosto de 2016, o jornal *Times of India* revelou que centenas - talvez milhares - de imagens mostrando abusos sexuais estavam sendo vendidas diariamente em mercados de Uttar Pradesh.

O dono de uma loja afirmou à publicação: “O pornô é passado. Esses crimes da vida real é que estão na moda.”

O jornal ainda ouviu outro vendedor dizer a clientes que eles poderiam até mesmo conhecer a garota das gravações mais “quentes” do momento.

Sunita Krishnan, ativista responsável por uma ONG de combate ao tráfico

sexual em Hyderabad, disse recentemente à Suprema Corte do país que havia coletado mais de 90 vídeos de estupros nas redes sociais.

Pavan Duggal, advogado na Suprema Corte, disse à BBC que os juízes ficaram chocados com dois relatórios sobre estupros coletivos cujos vídeos circularam pelo WhatsApp.

Eles enviaram uma ordem especial ao órgão indiano responsável por investigações para que os suspeitos fossem identificados e levados à Justiça.

A corte também solicitou que o ministro de Tecnologia da Informação examinasse medidas para interromper a circulação desse tipo de vídeo.

“Mulheres são alvo constante”, disse Duggal, “e o fato de os casos não estarem aparecendo na mídia não nos dá motivos para sermos complacentes e acharmos que está tudo bem.”

Em muitos vilarejos, porém, é mais comum que as pessoas se incomodem com o fato de mulheres estarem usando celulares do que com homens que utilizam os aparelhos para intimidar vítimas de estupro e compartilhar vídeos dos crimes na internet.

Como resultado, vários governos locais de Uttar Pradesh proibiram garotas de portar celulares.

“A pressão sobre as mulheres é enorme e, se por um acaso, elas colocarem suas mãos em um telefone ou usarem fones de ouvido para escutar música elas passam a ser taxadas de ‘sem caráter’ (sem moral)”, diz Rehana Adib, uma assistente social que se dedicou a estudar o caso de Geeta.

“Quando a família e a sociedade colocam o peso da honra e do bom caráter sobre os ombros das mulheres, enquanto os homens são absolvidos de qualquer teste de integridade... Como uma mulher que ousa ser forte e independente pode sobreviver?”

Prisão

Após protestos liderados por profissionais de saúde que atuam nas vilas vizinhas, três homens foram presos pelo estupro de Geeta e pela produção e

circulação do vídeo.

Mas em seu próprio vilarejo, a revolta com a morte ainda é silenciada pelos questionamentos sobre sua honra.

Mesmo o marido de Geeta, que ficou sabendo do vídeo pelos vizinhos, afirma que sua principal suspeita é de que ela tenha feito algo para encorajar o ataque.

“Se ela tivesse me contado”, diz ele, “nós teríamos perguntado se isso foi feito com seu consentimento. Então teríamos procurado os anciãos da vila para decidir o que deveria ser feito.”

Ele não demonstra qualquer sinal de revolta com o crime - e não fez nenhum pedido de ação policial contra os estupradores.

Procurados pela BBC, o médico da vila e o ex-líder do local negaram ter desencorajado a mulher a procurar a polícia, mas voltaram a culpá-la pelo que aconteceu.

Para outro morador, que pediu para não ter o nome divulgado, a morte de Geeta não requer explicações. “Como ela poderia continuar vivendo com essa humilhação pública?”

O mesmo sentimento é compartilhado por Pradeep Gupta, policial responsável por investigar o caso. “Aparentemente a mulher deve ter sentido a pressão social, e isso a forçou a tirar sua própria vida”, disse. “É algo lamentável.”

Na vila, a noção de o estupro resulta em um fardo de culpa jogado sobre os ombros da vítima continua incontestável. A morte de Geeta foi, para muitos, inevitável.

Para quem ficou, especialmente a filha de Geeta, nada mudou.

“Ainda é muito difícil”, diz ela. “Sempre que saio, alguém aponta para mim e zomba, perguntando: ‘você não sente vergonha do que aconteceu com a sua mãe?’.”

**Os nomes “Geeta” e “Khushboo” são fictícios para proteger as identidades das mulheres e de suas famílias.*

‘Apanhava só por perguntar por que ele havia se casado comigo’: O drama e o estigma das ‘mulheres descartáveis’ do sul da Ásia

Elas realizam o sonho de se casar, mas o sonho dura pouco: logo são vítimas de abusos físicos e sexuais pelos próprios maridos e veem seu dinheiro se esvair nas mãos do parceiro, que em geral as abandona - ou as torna “escravas domésticas” dos novos sogros.

[\(BBC Brasil, 01/10/2016 - acesse no site de origem\)](#)

Muitas achavam que teriam uma vida matrimonial no Reino Unido, mas acabam sendo deixadas em seu país de origem que, na maioria dos casos, é a Índia.

Esse é um resumo do drama das chamadas “mulheres descartáveis” sul-asiáticas, segundo um recém-publicado relatório da Universidade de Lincoln, na Inglaterra.

Os autores do estudo defendem que esses casos sejam tratados como uma forma de violência doméstica e punidos conforme a lei britânica.

Algumas vítimas chegam a passar um tempo no Reino Unido com seus maridos, mas depois, durante supostas viagens de férias à Índia, têm seus passaportes confiscados pelos maridos e ficam por lá.

Como muitas dessas “mulheres descartáveis” têm vergonha de compartilhar sua história, os pesquisadores dizem ter passado mais de um ano para encontrar 57 vítimas na Índia dispostas a relatar os abusos e humilhações da vida matrimonial.



Sunita (de costas) contou à BBC que sua vida foi “arruinada” pelo abandono do marido (Foto: Reprodução)

Casamento dos sonhos

Para Sunita (nome fictício), da região indiana do Punjab, o casamento começou com alegria: com um belo vestido vermelho e uma festa para centenas de convidados em um grande salão indiano.

“Foi tudo ótimo”, ela relembra, enquanto olha o álbum de fotografias da cerimônia.

Depois do casamento, o marido de Sunita passou um mês com ela na Índia antes de regressar para o Reino Unido, onde ele morava. Sunita esperava que ele voltasse para buscá-la e levá-la consigo, mas logo as coisas começaram a piorar.

“Depois de quase um ano (de casados), ele ainda não havia voltado (à Índia)”, conta Sunita. “Eu perguntava quando ele viria, e ele só respondia ‘Agora não,

em algum outro momento'. Ele também exigia muito de mim, me pedia dinheiro.”

Até que o marido parou de falar com ela ao telefone. Ela não o viu mais - e acabou descobrindo que ele era casado com uma outra mulher em território britânico.

Dote

Seguindo tradição comum na Índia e em outros países do sul da Ásia, a família de Sunita havia dado à família do marido quase 3 mil libras (R\$ 12,6 mil) em dinheiro e 4 mil libras em ouro (R\$ 17 mil), como dote.

Sunita conta que seu pai, um homem de poucos bens, deu o dinheiro na esperança de oferecer um futuro feliz a sua filha.

Além da perda financeira, Sunita conta que sofreu abusos físicos por parte dos sogros.

“Eles me batiam apenas por eu perguntar se ele (marido) tinha uma outra mulher e por que ele havia se casado comigo”, conta Sunita.

“Estou muito triste. É difícil falar disso. Ele teve relações (sexuais) comigo, minha vida está arruinada.”

Pesquisadores relatam casos semelhantes em Paquistão e Bangladesh - onde são comuns casamentos em que um dos cônjuges mora no Reino Unido, Canadá e EUA, países com uma grande diáspora de sul-asiáticos.

‘Produto danificado’

A acadêmica Sundari Anitha, da Escola de Ciências Políticas e Sociais da Universidade de Lincoln, conversou com diversas vítimas, durante viagens ao Punjab, Nova Déli e Gujarat.



Pragna Patel quer que esse tipo de caso seja considerado violência doméstica e punido conforme a lei britânica (Foto: Reprodução)

Algumas chegaram a pagar o equivalente a R\$ 100 mil em dote para logo serem estupradas e abandonadas por seus maridos. Outras foram transformadas em serventes domésticas para os pais do noivo.

Anitha explica que, por conta da cultura patriarcal sul-asiática, o abandono por parte do marido é capaz de arruinar a vida dessas mulheres, a ponto de até as irmãs delas terem dificuldade em se casar.

“O estigma é enorme e tem um grande impacto na família”, conta a pesquisadora. “A mulher não conseguirá emprego, enfrentará insegurança financeira e será vista como um produto ‘danificado’ - sobretudo pela presunção de que ela teve relações sexuais.”

O relatório da Universidade de Lincoln recomenda que o governo britânico reconheça o abandono como uma forma de violência e ofereça proteção às mulheres “descartadas” por maridos com cidadania britânica, mesmo que elas jamais tenham estado no Reino Unido.

Pragna Patel, diretora do grupo ativista Southhall Black Sisters, que ajudou na produção do estudo, diz que tal medida daria a essas mulheres a chance de obter algum tipo de reparação.

Segundo o grupo, elementos do processo de abandono - como as exigências de dinheiro, a fraude, o abuso físico, emocional e financeiro, o comportamento coercivo e a servidão doméstica - podem ser processados judicialmente sob leis já existentes no Reino Unido. “Mas poucos perpetradores sofrem consequências, se é que algum chega a sofrer”, diz.

Além disso, muitas vítimas desconhecem seus direitos ou sentem vergonha de relatar o abuso sofrido.

Patel afirma, porém, que uma vez que esses casos sejam oficialmente reconhecidos como violência doméstica, diversos caminhos legais se abririam a essas mulheres.



Sundari Anitha, que pesquisou o tema para a Universidade de Lincoln, diz que vítimas passam por forte estigma social (Foto: Getty Images)

‘É como um negócio’

Em comunicado, o Departamento do Interior britânico disse que “o governo não tolerará abusos em casamentos ou outros relacionamentos” e que “analisará com cuidado ações que possam ajudar a prevenir abusos ou amparar vítimas”.

Enquanto isso, Patel conta que, no mês passado, seu grupo ativista se

deparou com o caso de um homem que havia se casado com cinco mulheres diferentes - e abandonado todas elas, depois se beneficiar financeiramente dos matrimônios.

“Era como um negócio para ele”, diz Patel.

“Esses homens são cidadãos britânicos. Se o Estado britânico fizer vista grossa ou for indiferente a esse abuso, contribuirá com essa cultura de impunidade. Temos que acordar para o fato de que está emergindo uma violência transnacional contra mulheres.”

Mãe e filha são vítimas de estupro coletivo da Índia

(HuffPost Brasil, 01/08/2016) Depois de tratarem a denúncia com imenso descaso, autoridades indianas organizaram uma verdadeira caçada aos homens suspeitos de terem estuprado uma mulher de 35 anos e sua filha, uma adolescente de apenas 13 anos de idade.

De acordo com informações da Deutsche Welle, o crime ocorreu na madrugada de sábado (30), enquanto a família viajava pelo estado de Uttar Pradesh, ao sul de Nova Déli.

Informações do Huffington Post India dão conta de que 15 suspeitos foram detidos por conta de uma possível participação no crime. Segundo o Hindustan Times, pelo menos três deles ficarão presos por 14 dias, enquanto a investigação prossegue. O chefe da gangue ainda está foragido.

Um dos familiares das mulheres pediu às autoridades que, como forma de punição aos criminosos, as duas possam fuzilar os estupradores. “Apenas nós podemos entender como é ver uma mulher e sua filha serem espancadas e estupradas diante dos nossos olhos”, afirmou o homem ao Hindustan Times.

Segundo relatos publicados na imprensa indiana, a família inteira - que viajava para participar de uma cerimônia fúnebre - foi abordada pelos bandidos, que estavam escondidos em arbustos próximos da estrada. Enquanto as duas mulheres foram estupradas, os outros ocupantes do veículo - dois homens e uma mulher idosa - foram amarrados e tiveram dinheiro e joias roubadas pelos bandidos.

O caso também motivou uma série de críticas à atuação da polícia no país: de acordo com relatos de parentes das vítimas, a polícia ignorou o chamado, feito por um familiar das duas, que havia sido amarrado pelos criminosos. Eles afirmam que tentaram, durante horas, chamar a linha de emergência da polícia e quando finalmente conseguiram contato, foram interrogados pelos oficiais, e não resgatados. De acordo com a BBC, uma viatura policial também passou perto do local onde o crime ocorreu, mas não parou no lugar. Sete policiais envolvidos no incidente foram suspensos até agora.

Eles só conseguiram registrar a queixa na manhã do sábado (30), quando os criminosos já haviam fugido do local.

A Comissão Nacional para Mulheres também denunciou o tratamento médico dispensado à adolescente ao jornal The Indian Express. De acordo com o relato da família da jovem, ao ser examinada, a menina foi intimidada e teve que responder a perguntas inadequadas. Ela e sua mãe estão em estado de choque.

A cada minuto, seis crimes contra a mulher são denunciados na Índia. Desde 2012 o país tornou as leis anti-estupro mais severas - após uma jovem morrer depois de ser estuprada por uma gangue em Nova Déli.

Acesse no site de origem: [Mãe e filha são vítimas de estupro coletivo da Índia \(HuffPost Brasil, 01/08/2016\)](#)

Como o Snapchat está ajudando vítimas de abuso sexual na Índia

(BBC Brasil, 18/07/2016) Os filtros do Snapchat são geralmente usados como forma de diversão, mas um jornalista em Mysore, no sul da Índia, decidiu usá-los com um propósito bem mais sério: ajudar vítimas de abuso sexual no país a contarem suas histórias.

Olhando para a câmera, as vítimas podem falar abertamente, sem medo de sofrerem represálias - isso porque um filtro da rede social “esconde” quem sofreu o abuso e, ao mesmo tempo, dá voz a essa pessoa protegendo sua identidade.

Leia mais:

[Entenda como o Snapchat ajuda vítimas de violência sexual na Índia \(M de Mulher, 18/07/2016\)](#)

[Vítima de estupro coletivo na Índia é abusada novamente pelos ‘mesmos agressores’ \(BBC Brasil, 18/07/2016\)](#)

Yusuf Omar, editor do jornal Hindustan Times, usou os filtros para cobrir os rostos das mulheres que entrevistou mas, ao mesmo tempo, deixou que fosse possível ver suas expressões faciais.

“Os olhos são a janela da alma”, disse Yusuf. “A tecnologia do Snapschat permite que, mesmo com filtro, seja possível vê-los.”

“O ‘filtro de dragão’ que uma das mulheres usou acentuava suas expressões e, ainda assim, não era possível ver claramente quem estava ali enquanto ela falava”, explica.

Ferramenta poderosa

Estima-se que pelo menos 27,5 milhões de mulheres já tenham sofrido abuso sexual no país.

Muitos casos acabam não sendo denunciados, já que várias mulheres têm medo de falar sobre o assunto.

Além disso, é ilegal identificar vítimas de abuso sexual na Índia - assim como em muitos outros países.

Tecnologias como o Snapchat permitem que as pessoas consigam falar abertamente sobre um tema que ainda é um grande tabu e, ao mesmo tempo, preservar sua privacidade.

“Eu tinha cinco anos quando tudo aconteceu”, disse uma das jovens entrevistadas, que usou filtro de dragão. “Alguém me sequestrou em Hyderabad (cidade ao Sul de Nova Déli, a capital) e me levou a Mysore e me fechou em um quarto. Me torturaram e não me deixaram sair”, lembra ela.

Yusuf Omar disse que as mulheres entrevistadas por ele escolheram seus próprios filtros, o que lhes dava uma “sensação de controle e segurança”.

“Elas gostavam do fato de poderem ver a imagem final antes e não ter de apenas confiar em mim para esconder sua identidade”, comentou.

O editor configurava o aplicativo e deixava cada uma das mulheres sozinha para que gravassem suas histórias.

“As meninas com quem conversei se sentiam muito à vontade usando smartphones e aplicativos como o Snapchat”, disse. “Elas estão familiarizadas com isso, já que o usam com seus amigos, no dia a dia.”

Omar acredita que suas entrevistadas se sentiam como se estivessem contando aquilo que tinham vivido a um amigo, “com dignidade e discrição”.

O jornalista do Hindustan Times espera que, ao dar voz a essas mulheres, “ajude a romper o estigma associado às vítimas de abuso sexual não só na Índia, mas no mundo todo.”

De Kerry Alexandra

Da BBC News

Acesse no site de origem: [Como o Snapchat está ajudando vítimas de abuso sexual na Índia \(BBC Brasil, 18/07/2016\)](#)

Educação: a revolução das filhas de prostitutas na Índia

(El País, 28/06/2016) São mulheres e poderosas. São jovens e espertas. Foram maltratadas e são corajosas. Foram escravas e são independentes. Foram abusadas e são fortes. São artistas, professoras, jornalistas, oradoras, assistentes sociais, estudantes... São filhas das prostitutas de uma das maiores zonas de prostituição do mundo, mas não renegam o seu passado. Foram vítimas, e são agentes da mudança. Um grupo de adolescentes decididas a revolucionar ideias antagônicas na sociedade indiana.

“Fui abusada por muitos homens quando ainda era uma criança. Ainda me lembro vivamente de como, quando eu tinha nove anos, um dos clientes da zona me colocou sentada no seu colo e introduziu seus dedos na minha vagina...”, conta Shweta Katti, de 21 anos. Em um inglês perfeito, sem hesitações, ela relata a perda da inocência, a humilhação, a dor e a culpa. Mas se trata de um discurso articulado, sereno, seguro. “Eu não odeio todos os homens. Não são todos iguais”. Sua firmeza se apoia em uma explanação desprovida de dúvidas que somente o insondável exercício da memória foi capaz de transformar em construtiva. Palavras que serviram mais como um bálsamo alheio do que como um martírio próprio. Passado o suplício e a compaixão, Shweta estuda psicologia para ajudar outras meninas que foram estupradas. “As mulheres de Kamathipura [o bairro de prostituição de Mumbai] acham que não podem sonhar grande, e isso as impede de atingir os seus objetivos”. Mastigada e saboreada por ela mesma, sua história é um exemplo de superação para muitos públicos diferentes e tem lhe valido o reconhecimento internacional de 25 menores de 25, mulheres jovens exemplares, ao lado de outras mulheres, como a militante e Prêmio Nobel da Paz paquistanesa Malala Yousafzai.

Mas Shweta não é a única. Mais 15 filhas de prostitutas formam a Kranti — revolução, em hindu —, uma organização criada em 2010 por adolescentes

da segunda maior zona de prostituição do mundo. Indicado para o Prêmio Professor Global (2016) — conhecido como o Nobel do ensino —, as meninas, com idades que vão de 12 a 21 anos, não querem ser beneficiárias de projetos de desenvolvimento, mas sim agentes do seu próprio desenvolvimento. Delas fazem parte Nilofar, 22 anos, que trabalha como professora e quer estudar turismo para se dedicar à hotelaria; e Farah, 21 anos, que será jornalista assim que concluir o seu estágio de verão na BBC de Mumbai. Mas também Kavita, Ashini e Shradda, de 21, 18 e 16 anos respectivamente, que organizam oficinas semanais de pintura, escultura e teatro para crianças com câncer no hospital do centro da cidade. Cada uma com seus sonhos pessoais, mas todas unidas por um passado do qual não podem fugir. Fogem, apenas, da condescendência. “Kamathipura é o bairro onde eu nasci. Pode ser que as pessoas tenham pena de nós. Mas esse passado não nos fragiliza, ao contrário, ele nos deixa mais fortes”, diz Shradda, com apenas 15 anos, enquanto termina de se maquiar no espelho. Este reflete um sorriso afável, acompanhado da serenidade de seus olhos; olhos juvenis, mas já curtidos por certezas que explicam mais do que as palavras.

Aceitar o passado para revolucionar o presente

“Na Kranti, nos ensinam a explorar nossas paixões mediante as artes plásticas ou a meditação. Isso nos motiva a sonhar com o que queremos fazer de nossas vidas, como no resto do mundo. Sem ficarmos condicionados pelo nosso passado”, Sheetal Jain, de 21 anos. Ela nunca conseguiu integrar-se em escolas e casas de acolhimento, seu único interesse era música e achava que nunca concluiria a educação obrigatória. Mas o sistema de Kranti lhe ofereceu alternativas: terminou seus estudos e agora dá oficinas de percussão e contação de histórias, nas quais explica sua trajetória de luta pessoal, para ajudar os alunos.

Dança, música, teatro, meditação e oficinas sobre justiça social são parte integral das atividades da Kranti. As adolescentes de Kamathipura também participam de voluntariados e viajaram para o Nepal, Butão e Estados Unidos como parte de sua formação. “Não só são ajudadas a compartilhar suas histórias pelo mundo, mas encontram formas de relacionar-se com

peças de outros países e culturas que vivem situações semelhantes”, explica Robin Chaurasiya, precursora da iniciativa e encarregada de buscar os recursos para a formação das revolucionárias, como se denominam. Norte-americana de 30 anos, de origem indiana, Robin chegou a Mumbai depois de ser expulsa da Força Aérea dos EUA por sua condição sexual, e em Kamathipura treinou seu agitado exército de adolescentes: “Com terapia e educação, aprenderam a não se envergonhar de seu passado, que não pode limitar seu futuro. Agora se sentem orgulhosas de suas origens em Kamathipura, porque isso as transformou nas mulheres que são”.

Amrin Shaikh, de 15 anos, mexe as mãos com veemência. “As pessoas me rejeitavam por minha origem e condição. Agora luto por meus direitos e respondo aos que pensam que sou boba”, traduz sua irmã Nilofar, que também aprendeu a linguagem de sinais graças ao Kranti. Aluna com as melhores notas em sua classe, Amrin é surda-muda, mas eloquente. E demonstra isso perguntando várias vezes se compreenderam o que disse.

A mesma confiança demonstrada pelas demais filhas de Kamathipura. Só ofuscada pela lembrança de suas mães, entre as quais algumas que morreram na favela da prostituição. Um vacilo que dura apenas alguns segundos. Sheetal insiste em uma ideia, batendo com os dedos sobre a pele de tambores ydjembs: “Estamos muito orgulhosas de nossas mães. Somos fortes graças a elas e ao que vivemos juntas”, dizem, sem um pinga sequer de paternalismo. “Entendemos que fizeram isso por nós e aqui aprendemos a perdoar.”

A infância em uma zona de prostituição

As integrantes da Kantri passaram a infância e a adolescência sob as garras do sistema de escravidão que impera em Kamathipura. Pagam-se cerca de 200 euros (algo em torno de 800 reais) pelo tráfico e venda de uma mulher no bairro de prostituição de Mumbai, segundo estimativa de uma ONG local, a Prerana Anti-Trafficking. Passar uma hora com uma menor de idade custa pouco mais de 15 euros (60 reais). E não mais do que 1.200 euros (4.800 reais) é o quanto se paga para comprar uma menina nesse que é o bordel mais antigo da Índia. Instituído pelos colonos britânicos há dois séculos, hoje em dia as ruas dessa zona se confundem com o glamour dos arranha-céus da

megalópole indiana. Amontoadas confusamente e marcadas pela promiscuidade, suas ruas escondem cerca de 7.000 trabalhadoras do sexo presas a um sistema de *karza*— dívidas de vida —, inexistentes e infladas pelas redes de tráfico humano. Embora as autoridades locais afirmem que o número de prostitutas caiu de 50.000 em 1992 para 2.000 em 2009, ONGs como a Prerana Anti-Trafficking Centre dizem que o tráfico de mulheres tem aumentado no bordel e que esses números são limitados. Estima-se que cerca de 10.000 menores vivam em suas ruas.

Exploração sexual e infantil; as piores formas de escravidão moderna se concentram nas 14 ruas de Kamathipura, lotadas de enxames de pessoas, entre o cheio da falta de intimidade e a pobreza suburbana. Segundo o longo relatório de 2016 sobre o Índice de Escravidão Moderna, do final de maio, a Índia concentra a maior população de escravos modernos: 18 milhões de pessoas obrigadas a fazer trabalhos forçados, sob exploração infantil e prostituição.

“Minha avó vivia em Karnataka [estado indiano ao sul de Mumbai] e era dançarina. Levaram-na para trabalhar em Kamathipura quando era menor. Ela não sabia que se tratava de um bordel. Depois vieram os vícios e tudo o mais”, conta Sheetal. Três gerações de mulheres de sua família sobreviveram na favela da prostituição. Sob uma promessa de trabalho e tiradas em idade prematura de outros estados ou de países vizinhos como o Nepal e Bangladesh, as escravas sexuais são presas e transformadas em prostitutas pelos *dalals* — cafetões — até atingirem idades acima de 25 anos. Então, o sistema *adhiva* — receitas compartilhadas — as obriga a ceder uma parte de seus ganhos em itens como aluguel e segurança; reduzindo a 40% a sua já míngua renda.

As tentativas de acabar com o tráfico humano são freadas pela contradição entre leis nacionais e estatais, como a seção 8 do imoral Trafficking Prevention Act, (Ato de Prevenção do Tráfico Imoral) que criminaliza a mulher por oferecer seus serviços. As lacunas legais e a impunidade se unem à corrupção da polícia local, que vaza informações para as máfias antes de as unidades antitráfico ordenarem batidas. Numerosas organizações não governamentais tentam mitigar os estragos da escravidão sexual em

Kamathipura. Seja colaborando com a polícia em denúncias e prisões seja oferecendo alternativas de trabalho às prostitutas ou abrigo e educação aos menores que vivem na *zona*.

“As ONGs de Kamathipura ministram educação informal às crianças, mas as superprotegem”, critica a própria Sheetal, que passou por quatro organizações diferentes. “Já para as mulheres só ensinam atividades tradicionais, como costura e tricô... até que cheguem à idade do casamento, na adolescência.”

Ángel L. Martínez Cantera

Acesse no site de origem: [Educação: a revolução das filhas de prostitutas na Índia \(El País, 28/06/2016\)](#)

Estupro: crime e consentimento, por Fabiana Dal’ Mas Rocha Paes

(Jornal do Brasil, 03/06/2016) Na Índia, estupro coletivo de uma jovem que ia ao cinema com amigo acabou com a morte da jovem e a prisão dos culpados. Este crime motivou a produção do filme “A Filha da Índia”, de Leslee Uwdowin, que mescla cenas do horror sofrido pela jovem, que lembram os fatos reais, com depoimentos de familiares da vítima, dos advogados e dos estupradores.

No Brasil, após a barbárie do caso da jovem do Rio de Janeiro que foi estuprada por cerca de trinta homens, tendo sua imagem exposta nas redes sociais, traz ao debate a penalização do estupro, o aborto legal para o caso de estupros e a necessidade de uso do contraceptivo de emergência. O Congresso Nacional debate o aumento de penas para o estupro coletivo e

mudanças legislativas. Contudo, o Presidente Michel Temer, após críticas pela falta de nomeação de mulheres para os Ministérios, escolheu a Deputada Federal Fátima Pelaes para o cargo de segundo escalão de Secretária de Políticas para as Mulheres, que já havia se manifestado de forma contrária ao aborto legal em casos de estupro.

Em que pese à existência de leis a respeito da prática de estupro, a pergunta que permanece é por que os estupradores continuam praticando crimes sexuais, e pior, por que eles não se arrependem? Há evidências de que não se arrependem porque a vítima é sempre colocada na história como a “culpada” pelo estupro. Parece que isso não é diferente no caso da jovem carioca. Um aspecto a ser destacado é que, se não houve consentimento, a vítima nunca pode ser vista como culpada nesses crimes.

Ouvi certa vez, numa audiência de estupro de uma criança de quatro anos, o relator estupefocado do estupro, o avô de sessenta anos, que alegou que a sua neta estava usando um “short”, e que por esta razão o estava provocando sexualmente.

A cultura machista e patriarcal que ainda trata a mulher como um objeto não é uma característica exclusivamente brasileira, e sim de muitos países que permanecem atrasados quanto ao empoderamento da mulher, a prática de violência de gênero e a efetivação das leis e tratados referentes aos Direitos Humanos das Mulheres.

No entanto, podemos afirmar que o caso brasileiro não acompanha a tendência mundial, não apenas dos costumes, mas da evolução da jurisprudência e da legislação, no sentido necessário de garantir os direitos fundamentais às mulheres vítima de violência.

A Constituição brasileira assegura a igualdade entre todos os brasileiros, sendo vedada qualquer forma de discriminação (artigo 5º). A violência sexual, o estupro, é uma forma de discriminação. A interpretação da lei não pode ser feita de forma literal, mas sim deve levar em conta todo o sistema jurídico, inclusive o texto constitucional e os tratados internacionais que foram ratificados pelo Brasil, como a Convenção CEDAW (Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher) — e todos

vedam a discriminação e a violência contra a mulher.

Como o Estado brasileiro é laico, não se pode admitir quaisquer interferências religiosas na formulação de regramentos jurídicos. Não podemos concordar com eventuais retrocessos no que diz respeito aos pontos que já avançamos. Assim, o aborto legal, em caso de estupro é um direito previsto no direito positivo brasileiro, devendo ser assegurado às mulheres. Não é possível obrigar uma menina ou uma mulher vítima de violência a ser violada uma vez mais com a obrigação de que esta gere um filho que não desejou. As verdadeiras democracias protegem toda a população, até os grupos mais vulneráveis, em especial protege todas as meninas e mulheres, de todos os grupos étnicos/raciais, origem, que vivem na favela ou em qualquer local.

Neste momento, temos que escolher entre caminhar para os valores civilizatórios do século 21 ou retroceder para as práticas desumanas do passado. Se optarmos pela civilização, há um largo caminho a ser percorrido para assegurar os direitos das mulheres. O próximo passo é o combate da cultura machista e de discriminação de gênero nas escolas e a capacitação dos agentes públicos para que estes ofereçam às vítimas um tratamento digno, expandirmos a contracepção de emergência para casos de estupro. Temos que ter a consciência de que não podemos retroceder nos avanços já conquistados, tais como o aborto legal em caso de estupro. Ainda subsistem a intolerância, o machismo e a violência contra a mulher. Ultrapassados estes obstáculos, poderemos afirmar que respeitamos as mulheres e seus direitos.

**Fabiana Dal' Mas Rocha Paes é Diretora do MPD Ministério Público Democrático, Promotora de Justiça no Estado de São Paulo no GEVID/Norte (Grupo de Enfrentamento à Violência Doméstica), Mestre em Direitos Humanos e Justiça Social pela Universidade de New South Wales, Austrália; e Doutoranda na Universidade de Buenos Aires, Argentina.*

Acesse no site de origem: [Estupro: crime e consentimento, por Fabiana Dal' Mas Rocha Paes \(Jornal do Brasil, 03/06/2016\)](#)

Estupro: O Brasil vai encarar?, por Dorrit Harazim

(O Globo, 29/05/2016) Após o estupro, ela foi reclamar com a autoridade real do bairro — o chefe do tráfico

Agora é torcer para que o estupro coletivo da garota de 16 anos por uma matilha de homens de uma favela do Rio não venha a ser lembrado, apenas, por sua selvageria. Se nem esse crime servir de ponto de inflexão, caberá ao Brasil olhar-se no espelho e constatar, com horror, a sua cumplicidade por omissão.

Leia mais:

[Márcia Regina Ribeiro Teixeira: O silêncio do Estado \(Correio 24horas, 28/05/2016\)](#)

[Estupro coletivo e a rotina da violência contra a mulher no Brasil: dá para mudar esta cultura?, por Rogério Jordão \(Yahoo, 27/05/2016\)](#)

[Brutalidade vezes trinta - o caso do estupro coletivo de Santa Cruz-RJ \(SOS Corpo, 26/05/2016\)](#)

[Luíse Bello: os monstros são os outros \(Correio 24horas, 28/05/2016\)](#)

[Estamos preparados para prevenir estupros?, por Fabiola Sucasas \(Jornal do Brasil, 27/05/2016\)](#)

[A tristeza particular e as dores públicas, por Miriam Leitão \(G1/Matheus Leitão, 28/05/2016\)](#)

[Precisamos falar da Cultura do estupro para além dos casos explorados pela mídia \(Maria Frô, 28/05/2016\)](#)

[Cultura do estupro: Quando o silêncio dos homens é delinquência social, por Leonardo Sakamoto \(UOL/Blog do Sakamoto, 28/05/2016\)](#)

[Reflita sobre estupro, se for homem, por Xico Sá \(El País, 27/05/2016\)](#)

Em dezembro de 2012, a Índia passou por trauma semelhante, seguido por um surto de indignação nacional jamais visto. Em Nova Délhi, uma jovem

fisioterapeuta de 23 anos saíra de uma sessão de cinema com o namorado e embarcara num ônibus para voltar para casa. O veículo revelou-se uma ratoeira, com cinco homens e o motorista à espera de uma vítima.

A jovem foi estuprada e torturada por todos, brutalizada com um cano enferrujado a ponto de ter os intestinos destruídos e depois jogada fora com o veículo em movimento. Só que ela não morreu de imediato, como imaginavam seus atacantes. Produziu, primeiro, um milagre nacional.

Apesar de ser a capital do país, Nova Délhi é notória por ter a mais alta incidência e tolerância com crimes de estupro. Ainda assim, uma massa compacta de seus 300 mil habitantes decidiu pegar a arma que tinha — foi para a rua e de lá não saiu até sacudir o imobilismo do Judiciário, do Legislativo e do Executivo. Foi uma sucessão de protestos de rua jamais vistos, nos quais a centelha de mudança acabou sendo o inesperado número de homens que marchavam lado a lado das indianas.

A jovem vítima acabou morrendo duas semanas depois, em consequência dos ferimentos, num hospital de Cingapura. Seu nome não chegou a ser conhecido porque a legislação local proíbe a divulgação da identidade de vítimas de estupro. Cremada como Nirbhaya (A Destemida), ela assim passou a ser designada.

Mas jamais ficou sem rosto. Bastava a qualquer indiana olhar-se no espelho para ver-se retratada como vítima em potencial de uma sociedade que incorporara o estupro no seu tecido social, assim como a sociedade brasileira até anteontem aceitava a corrupção como parte do seu viver.

Patriarcal e misógina, a Índia tinha em 2013, segundo dados da Associação para Reformas Democráticas, mais de 300 deputados estaduais e 27 deputados federais acusados de estupro. Pois esse mesmo estamento viu-se forçado a ceder algum terreno diante da constatação de que protestos, cobranças e denúncias não cessariam. Pior, poderiam acabar desembocando em votos contra.

De todos os cantos do país, brotaram sugestões para a comissão parlamentar vigente — ao todo, foram perto de 80 mil. Um painel governamental chegou a

considerar a introdução de alguma forma de castração química para os culpados. Ao final, a medida que mais alento trouxe para as vítimas foi a criação imediata de tribunais especiais para o julgamento acelerado de casos de estupro. Estes costumavam se arrastar por anos, senão décadas — isso, quando não eram arquivados a meio caminho.

Graças a isso, os seis estupradores da jovem fisioterapeuta foram presos, julgados e condenados em menos de um ano: pena de morte na forca (com direito a recurso) para os cinco adultos, três anos na cadeia para o adolescente de 17 anos.

Na data do terceiro aniversário da morte de Nirbhaya, sua mãe, de origem rural e instrução mínima, prestou a homenagem mais amorosa e comovente à filha. “Quero dizer para o mundo inteiro que o nome da minha filha era Jyoti Singh. Não é ela quem precisa se esconder”, anunciou. “Quem deve ter vergonha do nome são os culpados. De hoje em diante, peço a todos que se lembrem dela como Jyoti Singh”, repetiu, num fiapo de voz.

Nirbhaya passou a ser apenas, entre muitas outras coisas úteis, um aplicativo gratuito que envia um sinal de emergência a um grupo social informando-o em que local da cidade a usuária corre perigo.

Na Índia, como no Brasil, a ascensão de mulheres às mais altas esferas do poder em nada contribuiu para diminuir a cultura do estupro. A primeira-ministra Indira Gandhi manteve pulso forte sobre a nação por 15 anos, sua nora Sonia é a atual presidente do Partido do Congresso Nacional, e várias mulheres encabeçam empresas multibilionárias no país. Mesmo assim, avançaram pouco as políticas de gênero voltadas para as zonas rurais e as franjas abandonadas dos grandes centros urbanos.

E são essas franjas que escondem, tanto na Índia quanto no Brasil, o que ninguém quer ver nem mostrar, esse invisível aglomerado social que mete medo quando ele revela a crueza do seu dia a dia.

A menina carioca, que mora na Taquara, Zona Oeste do Rio, foi mãe aos 13 anos. O pai de seu filho de 3 anos já morreu. Após o estupro, ela foi reclamar com a autoridade real do bairro — o chefe do tráfico — seu bem maior, o

celular que lhe fora roubado durante a barbárie. À autoridade oficial — a polícia — ela foi prestar depoimento para o andamento das investigações e prisão dos culpados.

Os próximos dias mostrarão quem a atende primeiro. Também não é de se excluir que o chefe do tráfico faça os dois serviços e suma com os estupradores para se livrar do incômodo gerado pela notoriedade do caso.

Essa adolescente que hoje todos querem acarinhar tem colo: ela tem mãe presente, avó atuante e pai vivo, embora se recuperando de dois AVCs. Ou seja, na crueza do entorno onde vive, pode ser considerada exceção. Exceção sobretudo por ter sobrevivido ao estupro coletivo — as estatísticas mundiais indicam que grupos costumam matar suas vítimas após o ato. E também por ter tido acesso ao coquetel de medicamentos contra doenças sexualmente transmissíveis. E as 11 brasileiras que também foram estupradas só no Rio no mesmo dia que a menina da Taquara foi enganada, dopada, violentada múltiplas vezes e exposta com escárnio na internet? E as tantas que não podem falar e sequer podem se reconhecer numa estatística?

O estupro é um tipo de violência que não faz distinção de raça, classe, religião ou nacionalidade, apenas de gênero. A Índia está longe de ter mudado sua cultura, continua com índices horrendos. Mas começou a se mexer.

O Brasil vai encarar?

Dorrit Harazim é jornalista

Acesse em pdf: [Estupro: O Brasil vai encarar?, por Dorrit Harazim \(O Globo, 29/05/2016\)](#)